

Direita radical, populismo e democracia: uma análise descritiva

Orlando Lyra de Carvalho Júnior¹
ORCID: 0000-0002-0281-9832

Resumo: Em consequência do declínio universal do regime democrático, partidos de direita radical (PDRs) estão ganhando influência política e poder através de eleições democráticas e já não mais por golpes de estado ou meios extraconstitucionais. Passaram a conquistar assentos em legislaturas nacionais e regionais, posições em gabinetes e na chefia de Estados. Tal fenômeno tem inspirado uma plêiade de estudos sobre os PDRs, sob diferentes abordagens, alguns dos quais procuram descrever o tipo de eleitor que está na base de tal sucesso. Este artigo propõe identificar as estratégias políticas e os componentes ideológico-culturais comuns entre os apoiadores da direita radical nos Estados Unidos, na Alemanha e no Brasil. Conclui-se que, apesar de todas as ameaças, a democracia nos países estudados tem se mostrado resiliente em parte como reação ao próprio radicalismo da extrema-direita.

156

Palavras-chave: democracia; populismo; extrema-direita; estratégias.

¹ Master in Social Sciences (UFJF). PhD in Social Sciences (UFJF). PhD in Comparative Politics (Uni-Bamberg). Post-Doctorate in Political Sociology (UVV). E-mail: orlandolyra@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1964587941635264>

Abstract: As a result of the universal decline of democratic rule, radical right parties (RRPs) are gaining political influence and power through democratic elections rather than through coups d'état or extra-constitutional means. They have begun to win seats in national and regional legislatures, cabinet positions and as heads of state. This phenomenon has inspired a plethora of studies on RRP, from different approaches, some of which seek to describe the type of voter that underlies such success. Objective: This article aims to identify the political strategies and ideological-cultural components common to supporters of the radical right in the United States, Germany and Brazil. Conclusion: The article concludes that despite all the threats, democracy in the countries studied has proven resilient, partly as a reaction to the radicalism of the far right itself.

157

Keywords: democracy; populism; far-right; strategies.

Resumen: Como resultado del declive universal del gobierno democrático, los partidos de derecha radical (PDR) están ganando influencia y poder político a través de elecciones democráticas en lugar de golpes de estado o medios extraconstitucionales. Comenzaron a ganar escaños en las legislaturas nacionales y regionales, puestos en gabinetes y como jefes de Estado. Este fenómeno ha inspirado una plétora de estudios sobre los PDR, desde diferentes enfoques, algunos de los cuales buscan describir el tipo de votante que está en la raíz de tal éxito. Existe consenso en la literatura de que la extrema derecha utiliza estrategias ancladas en la evocación de discursos de odio alineados con el populismo, la xenofobia, el racismo, la homofobia y la intolerancia difundidos al interior de las sociedades. También vale la pena señalar que tales estrategias señalan una especie de colonización de la imaginación popular y, por lo tanto, resaltan la importancia del universo cultural y simbólico como dimensión central de una disputa por la hegemonía y el poder. Objetivo: Este artículo pretende identificar las estrategias políticas y los componentes ideológico-culturales comunes entre los partidarios de la derecha radical en Estados Unidos, Alemania y Brasil. Esta elección se justifica por el peso político y económico de estos países, así como por su capacidad de “exportar” el modelo antidemocrático a países de América y Europa. Conclusión: El artículo concluye que, a pesar de todas las amenazas, la democracia en los países estudiados ha demostrado ser resiliente, en parte como reacción al radicalismo de la extrema derecha. Este movimiento de resistencia ha sido liderado por todos aquellos que han sido “atacados por la realidad”.

Palabras-clave: democracia, populismo, extrema derecha, estrategias.

Introdução

Desde a eleição de Donald Trump em 2016, e sua reeleição em 2024, uma onda de pessimismo se alastrou no Ocidente como fantasma ameaçador da democracia liberal. Ao contrário de golpes antidemocráticos tradicionais, hoje a corrosão ocorre dentro das próprias instituições democráticas, de forma gradual e sem violência. Em outras palavras, “a democracia chega ao fim pelo próprio mecanismo do voto” (Runciman, 2018, p. 7).

Segundo Timothy Snyder (2019), a guinada autoritária global foi fortemente influenciada pela máquina de desinformação do autocrata russo Vladimir Putin. O autor enfatiza o modo como a Rússia vem atuando nas redes sociais através de robôs, em particular no Telegram, X (Twitter) e Facebook, para minar as democracias liberais através de difamação, calúnia e discurso de ódio. O autor chegou à conclusão de que, hoje, a desinformação em massa representa o maior risco para o regime liberal, dado que “o autoritarismo se fortalece não porque os eleitores dizem o que pensam, mas porque perdem a capacidade de distinguir entre a verdade dos fatos e a falsidade da mentira” (Snyder, 2019, p. 21).

Há evidências de que a crise da democracia é universal. De acordo com o Relatório “Democracia, 25 anos de autocratização: a democracia foi superada?”, publicado pelo *V-Dem Institut*, da Universidade de Gothenburg, Suécia,² atualmente são 88 democracias plenas contra 91 autocracias, uma perda em relação ao ano passado. Isso significa que as democracias liberais se tornaram o tipo de regime menos comum no mundo. As democracias liberais hoje contam com menos de 12% da população mundial, 0,9 bilhão de habitantes, o menor número em 50 anos. Quase 3 em cada 4 pessoas no mundo, 72%, agora vivem em autocracias.

O que se verifica atualmente é que autocratas de todo o mundo exploram os conflitos inerentes ao jogo democrático, sobretudo no que respeita às contradições do neoliberalismo econômico, para vencer as eleições e, uma vez no poder, tentam minar os pilares da própria democracia, como a independência do Judiciário, a liberdade de imprensa e opinião. Em muitos países as centelhas de esperança por liberdade se extinguem paulatinamente, contribuindo assim para o surgimento

² <https://v-dem.net/about/v-dem-institute/>.

de um novo *status quo* global, em que os atos de repressão ficam impunes e os defensores da democracia são gradualmente aliçados da cena política.

Segundo o professor e pesquisador da Universidade John Hopkins, Yacha Mounk (2018), a desigualdade social e a concentração de renda das elites econômicas mundiais criaram um fosso intransponível que as isolou ainda mais da população em geral. O resultado é que o eleitor médio se sente cada vez mais alienado da política e dos políticos. Ainda que a participação popular perfeita nunca tenha sido uma realidade plena, o pesquisador afirma que tais questões põem a nu os dilemas do liberalismo, bem como a capacidade dos eleitores influenciarem a política. Daí o forte apelo populista em todo o mundo e o consequente fim do “mito fundador da democracia” (Mounk, 2018, p. 41).

Ainda segundo Mounk (2018), Donald Trump representa um tipo diferente de populista: ao invés de propor políticas públicas demagógicas, que aumentem as oportunidades socioeconômicas dos menos favorecidos, em oposição às elites financeiras, Trump seria um “sadopopulista”, cujas políticas se destinam a prejudicar a parte mais vulnerável do seu próprio eleitorado. Para o autor, tal “sadopopulismo” põe em xeque os fundamentos do sistema democrático norte-americano (*idem*, p. 54).

A direita radical

Em consequência do declínio universal do regime democrático, partidos de direita radical (PDRs) estão ganhando influência política e poder através de eleições democráticas e já não mais por golpes de estado ou meios extraconstitucionais. Passaram a conquistar assentos em legislaturas nacionais e regionais, posições em gabinetes e na chefia de Estados, como foi o caso da reeleição de Donald Trump em 2024. Tal fenômeno tem inspirado uma plêiade de estudos sobre os PDRs, sob diferentes abordagens, alguns dos quais procuram descrever o tipo de eleitor que está na base de tal sucesso.

Esse corpo emergente de pesquisa trabalha com um leque de valores políticos, econômicos e culturais, os quais acreditam poder fornecer pistas sobre o surpreendente êxito eleitoral de tais partidos. Muitos desses valores incluem crenças explicitamente defendidas pelos próprios PDRs, tais como oposição à imigração, nacionalismo, autoritarismo, descrédito da política – vista como in-

trinsecamente corrupta –, conservadorismo social e preservação de certos valores morais. Outros estudos buscam fatores “latentes”, como traços de personalidade, disposições psicológicas e emoções. Embora hoje saibamos muito mais sobre o perfil dos apoiadores da direita radical, ainda restam importantes questões a serem respondidas.

A ascensão do populismo pós-verdade centrado nas emoções parte do pressuposto de que esse fenômeno só poderia ser explicado com base no fato de que as emoções se encontram no cerne do comportamento humano. Seu papel é especialmente perceptível na linguagem, dado que todas as enunciações linguísticas dependem para sua produção e interpretação de contextos emocionais. O fato de que a emoção permeia todos os níveis de descrição linguística é um dado científico estudado por inúmeros linguistas, psicólogos e cientistas sociais (Hidalgo-Tenório e Benítez-Catro, pp. 93-97).

De fato, a retórica populista manipula certas emoções do eleitorado, como o medo e as inseguranças vivenciadas nas sociedades contemporâneas, por um lado, e a raiva, ressentimento e ódio das elites políticas e culturais acusadas de favorecer grupos étnicos, religiosos e sexuais às custas do grupo conservador. “O populismo da extrema-direita é caracterizado pela vergonha reprimida que transforma o medo e a insegurança em raiva, ressentimento e ódio contra os inimigos percebidos do ‘eu precário’” (Salmela e Scheve, 2018, p. 17).

Por outro lado, para alguns autores, o populismo de extrema-direita careceria de coerência e articulação intelectual que poderia alça-lo à categoria de uma ideologia, entendida como um instrumento de dominação que age por meio do convencimento. Para outros, o populismo seria melhor conceituado como uma estratégia política por meio da qual um líder personalista busca ou exerce o poder governamental com base em apoio direto, não mediado e não institucionalizado, de um grande número de seguidores, em sua maioria desorganizados. Nesse sentido, o populismo seria principalmente uma estratégia política, cuja retórica é a evocação de descontentamentos latentes e o apelo às emoções por elas provocadas, em vez de uma ideologia articulada (Aslanidi, 2016, p. 9).

Há um consenso na literatura que a extrema-direita utiliza estratégias ancoradas na evocação de discursos de ódio alinhados ao populismo, à xenofobia, ao racismo, à homofobia e à intolerância disseminadas no seio das sociedades. Cabe assinalar ainda que tais estratégias sinalizam uma espécie de colonização

do imaginário popular, e assim salientam a importância do universo cultural e simbólico enquanto dimensão central de uma disputa por hegemonia e poder (Severo e Guerra, 2022, p. 61).

Objetivo e Metodologia

Este artigo se propõe identificar as estratégias políticas e os componentes ideológico- culturais comuns entre os apoiadores da direita radical nos Estados Unidos, na Alemanha e no Brasil. Tal escolha se justifica pelo peso político e econômico desses países, bem como sua capacidade de “exportar” o modelo antidemocrático para países da América e Europa.

Do ponto de vista metodológico, o processo analítico da descrição é crucial para a condução de pesquisas que visam compreender a política em ação. Este tipo de pesquisa visa responder perguntas tais quais “quem”, “o quê”, “quando”, “onde” e “como”. É um processo tanto criativo quanto analítico. Isso ocorre porque a descrição envolve fazer escolhas na categorização, na construção de sentido e na gestão de dados (Holmes et al., 2024, pp. 54-56).

162

Hipóteses de trabalho

Apesar do aparente sucesso do populismo de extrema-direita na Europa e América, nota-se uma crescente reação da opinião pública em geral contra as políticas implementadas ou sugeridas por tais movimentos. Tal reação tem como força motriz o choque de realidade (*mugged by reality*) causado pelo dinamismo inerente ao próprio radicalismo de tais movimentos.

Terminologia

A terminologia usada para descrever a família da direita radical varia de “extrema-direita”, “direita anti-imigrante”, “direita radical populista” ou ainda “populismo de direita”. A dificuldade em estabelecer uma definição comumente aceita resulta de diferenças significativas entre esses partidos em termos de ideologia e estratégia política. Embora qualquer termo abrangente inevitavelmente inclua uma ampla gama de partidos e grupos que podem diferir de muitas maneiras, é essencial encontrar uma definição para fins de classificação e operacionalização.

O critério aqui adotado é destacar as posições ideológicas e estratégicas mais frequentes defendidas por tais agremiações. A maior parte desses partidos compartilham posições extremadas sobre imigração e nacionalismo, além de proporem políticas públicas de desmonte dos programas de assistência e bem-estar social. Abaixo elencamos os princípios e valores defendidos pela direita radical na Europa e América.

Nacionalismo

O ponto nevrálgico da direita radical consiste em um etnonacionalismo belicoso que imagina ver na imigração e na diversificação demográfica uma grave ameaça à identidade nacional. O culto às glórias passadas, às tradições e aos privilégios da classe dominante caracterizam a essência ideológica da direita radical em todo o mundo. Enquanto o racismo colonial era baseado na subordinação dos nativos (negros e índios), o nacionalismo da direita mobiliza as paixões e emoções do eleitorado para apoiar políticas anti-imigratórias e a expulsão dos não nativos (Rydgren, p 247).

A ascendência do grupo interno sobre o grupo externo é vista como estratégia de manutenção da unidade, autonomia e identidade da nação. O ponto crítico aqui não é simplesmente que os partidos de extrema-direita sejam majoritariamente nacionalistas, mas sim que eles usam o nacionalismo para justificar o darwinismo social em questões socioeconômicas. Embora o denominador comum da direita radical seja o nacionalismo, há diferentes configurações de pertencimento nacional que variam de acordo com critérios étnicos, cívicos e religiosos (Halikiopoulou e Vlandas, p. 434).

Populismo

O eixo nacionalista “dentro/fora do grupo” se justapõe ao eixo dicotômico “povo vs. elite”. Muitos pesquisadores concordam que o populismo é uma característica relevante desses partidos, mas há desacordo sobre se o populismo seria uma ideologia ou uma estratégia de comunicação. O fato é que, embora o populismo seja de fato uma característica ideológica da extrema-direita, não necessariamente serve de explicação para seu sucesso eleitoral (Bonikowski e Gidron, 2013, p. 15).

Por outro lado, se todos os partidos de direita radical são esmagadoramente populistas, nem todos os populistas são de direita radical: esquerdistas radicais e, ocasionalmente, partidos centristas, também podem exibir retórica antielite e pró-povo. Provavelmente, a abordagem mais comum ao populismo o vê como um componente ideológico, ou uma ideologia “mais refinada”, que pode ser acompanhada ou anexada a outras ideologias mais abrangentes, isto é, ideologias “mais espessas” (Mudde e Kaltwasser, 2018, p. 1682).

Outra dicotomia explorada pela extrema-direita é a divisão entre um povo comum “puro” e “nobre” e uma elite retratada como corrupta e desinteressada pelo bem-estar social. De fato, para a extrema-direita em geral, as elites políticas são vistas como liberais e cosmopolitas, as quais escancaram as fronteiras para a imigração em massa a despeito da vontade do “povo”, geralmente codificado como a população nativa branca.

Elites burocráticas europeias, como as da União Europeia, também são alvos comuns da ira populista da extrema-direita, sobretudo no que respeita ao Tratado de Schengen,³ que facilitou a migração através da Europa. As elites são retratadas como promotoras do multiculturalismo, do ataque aos valores tradicionais da família, sobretudo através do reconhecimento das uniões homoafetivas e das comunidades LGBT, fenômenos metabolizados pela extrema-direita como sinais de decadência social.

Autoritarismo

O termo “autoritário” frequentemente aparece em discussões sobre as inclinações atitudinais dos apoiadores da extrema-direita, mas há diferentes abordagens do termo. Autoritarismo tem sido caracterizado como “a crença em uma sociedade estritamente ordenada, na qual as infrações contra a autoridade devem ser punidas severamente” (Mudde e Kaltwasser, 2018, p. 1669). Historicamente, pensadores clássicos propuseram que pessoas com personalidades autoritárias são propensas a apoiar autocratas de direita (Adorno, 2019, p. 35).

No Brasil, o bolsonarismo surgiu como um movimento político autoritário, de extrema-direita, que promove divisões ou clivagens (simbólicas, econômi-

³ Iniciado em 1985, por uma iniciativa intergovernamental e, atualmente, integrado na legislação e nas normas da União Europeia, o Tratado de Schengen foi um acordo firmado entre 29 países europeus, que garante a livre circulação de pessoas entre as nações participantes.

cas, culturais, políticas) entre formas de vida cujo valor e significado é avaliado a partir de rígidos processos de hierarquização valorativa. Um aspecto central do bolsonarismo é distinguir entre as vidas que valem mais, as que valem menos e as que nada valem. Em sentido amplo, o bolsonarismo é uma forma de viver, sentir, pensar e se relacionar consigo, com os outros e com o mundo. Trata-se de um *ethos* autoritário e violento, que reafirma e reforça as posições normativas da ordem, da segurança e da hierarquia, escorando-se em valores e concepções patriarcais, heterossexuais, cristãs, empreendedoristas e apegadas à branquitude, donde seu caráter racista e discriminatório. De modo geral, o bolsonarismo é contrário à ciência, ao pensamento crítico e às políticas educacionais públicas, motivo pelo qual apoia práticas de censura contra a liberdade de cátedra, ao mesmo tempo em que agride o financiamento das universidades e sua autonomia administrativa.

Em um sentido político mais restrito, o bolsonarismo tem como propósito fortalecer a oposição binária entre nós/eles, amigo/inimigo, por meio da qual se pretende minimizar e, se possível, neutralizar toda forma de oposição e dissidência política. O bolsonarismo orienta-se por um projeto paradoxal de democracia, de caráter autoritário, que se propõe a restringir os direitos e liberdades daquelas formas de vida que não espelham seu modelo ideal normativo de cidadão: o “homem de bem” (Shirakawa, 2025, p. 43).

165

De um modo geral, os partidos de extrema-direita tendem a ser autoritários por natureza, embora o grau de autoritarismo varie de acordo com o contexto político de cada país. As variantes mais extremadas são abertamente racistas, têm laços claros com o fascismo e empregam táticas violentas. Eles se opõem à democracia processual. Um bom exemplo é o *Golden Dawn* (Amanhecer Dourado) grego, um partido abertamente fascista que glorifica a violência (Kopytowska e Sotiris, 2017, p. 218).

Entretanto, algumas variantes da extrema-direita procuraram se distanciar do fascismo ao aceitar o jogo democrático. Tal estratégia surtiu um marcante sucesso eleitoral, como foi o caso do Alternativa para a Alemanha (AfD), que hoje detém 20,8% do eleitorado alemão, com a segunda maior representação no Parlamento Federal. Na França, o *Rassemblement National* (RN), de Marine Le Pen, alcançou o primeiro lugar nas eleições de 30 de junho de 2024, com

33% dos votos. Essa tática eleitoral serve de cortina de fumaça para esconder a verdadeira natureza autoritária e excludente da extrema-direita nesses países.

Xenofobia

Xenofobia ou nativismo são sinônimos de um denominador comum que une a extrema-direita em todo o mundo: o desdém por estrangeiros. De fato, pesquisas mostram que a xenofobia se transformou no motor do populismo de direita na Europa e América. As disputas eleitorais na Alemanha, Itália e França têm sido fortemente pautadas pelo problema da xenofobia, a qual possui um enorme poder de mobilização eleitoral, sobretudo entre eleitores pensionistas que veem o Estado de bem-estar social canalizar bilhões de Euros para refugiados da África e Oriente Médio (Davis e Deoloe, 2017, p. 6).

Quando em 2015, a ex-chanceler alemã, Ângela Merkel (CDU/CSU), decidiu abrir seu país para um fluxo extraordinário de refugiados do norte da África e do Oriente Médio, a reação da extrema-direita, até então diluída em pequenos partidos sem representação parlamentar, foi a criação do Alternativa para a Alemanha (AfD). Os esforços da ex-chanceler para transformar a Alemanha em uma “cultura acolhedora” surtiu o efeito contrário: aqueles que perceberam tal imigração massiva como uma ameaça ao seu modo de vida se uniram em torno da nova agremiação, que não por acaso hoje concentra a maior parte de seu eleitorado nos estados da antiga República Democrática Alemã (1949-1990), que vivia sob o jugo da União Soviética (Mushaben, 2017, p. 3).

Na América, o mundo assiste atônito à execução do programa de deportação em massa do governo Trump. Trata-se de um programa de expulsão compulsória de 11 milhões de imigrantes, que tem provocado uma convulsão sem precedentes no país e no mundo. Trump acusa os imigrantes de envenenar “o sangue da nação”, tendo já deportado milhares de homens, mulheres e crianças, mesmo aqueles que possuem visto de residência no país. Caçados em suas casas, são arrastados e algemados pelas ruas, sem direito sequer de levar seus bens e pertences, que são confiscados pela polícia, em operações que em tudo lembra os *pogroms* da Alemanha nazista de 1933 (Kilgore, 2025, p. 2).

Donald Trump ordenou a deportação de centenas de imigrantes sem antecedentes para El Salvador, na América Central, onde a criação do Centro

de Confinamento do Terrorismo (CECOT), a mega prisão inaugurada em 2023 pelo presidente Nayib Bukele, se transformou em um símbolo da “guerra contra as gangues”, o que lhe granjeou uma popularidade sem precedentes. Segundo Lee Gelernt, vice-diretor do Projeto de Direitos dos Imigrantes da *American Civil Liberties Union* (ACLU), “ao deportar imigrantes com cidadania americana para El Salvador, Trump envia um sinal claro de que o Estado de Direito não significa nada para ele” (Ward, 2025, p. 5).

Negacionismo político e sequestro do Estado

A retórica antielite da extrema-direita se posiciona de forma antagônica ao poder político estabelecido, sob o pretexto de que os sistemas políticos existentes já não representam a vontade do povo. Várias pesquisas mostram que a desconfiança contra a elite política é um fator-chave que influencia a votação em populistas radicais de direita. Na Europa, eles se opõem aos projetos de integração da União Europeia (UE), também conhecido como “euroceticismo” (Berman, 2021, p. 78; Matthijs *et al.*, 2021, p. 972).

A experiência brasileira mostrou claramente a construção da candidatura de Bolsonaro para as eleições de 2018 como um *outsider*, isto é, como um político antissistema. Por certo, diversos candidatos a cargos políticos do passado brasileiro lograram capitalizar para si certo ambiente nacional difuso de rejeição à política. O aspecto importante é que Bolsonaro soube converter a aversão à política em estratégia de governo, recusando-se a negociar com o “sistema”, embora aparentemente respeitando as regras do jogo democrático, pelo menos até a tentativa de golpe de Estado após a derrota nas eleições de 2022 (Avritzer *et. al.*, 2023, p. 57).

De fato, a negação da política como estratégia de governo é mais um aspecto propriamente novo e desconcertante do bolsonarismo, movimento que não apenas se apresenta publicamente como antipolítico e antissistêmico, como atua de maneira a fazer com que instituições centrais da democracia atuem contra a própria democracia. Ao se apresentar como um político que nega o sistema político, Bolsonaro pôde introduzir em seus discursos teses claramente golpistas, frequentemente entendidas como mera cortina de fumaça ou como retórica desprovida de consequências mais graves (Nobre, 2020, pp. 10-15).

Nos Estados Unidos, Donald Trump governa através de um hiper presidencialismo que parece não conhecer limites. Ele hoje controla agências federais outrora independentes, como a Comissão Federal de Comunicações e a Comissão Federal de Comércio. Ele pretende ainda retirar as proteções de emprego de dezenas de milhares de servidores públicos de carreira, tornando mais fácil substituí-los se forem considerados contrários à sua agenda política. Planeja vasculhar as agências de inteligência, o Departamento de Estado e as burocracias de defesa para remover funcionários que ele difamou como “classe política doente que odeia os EUA” (Oliphant e Holland, 2025, p. 2).

O Estado profundo

Em seu primeiro mandato, em 2018, Donald Trump prometeu dismantlar o assim chamado “Estado profundo” (*Deep-State*), uma horda imaginária de burocratas que supostamente conspirariam para sabotar a agenda trumpista e expropriar recursos governamentais visando interesses pessoais. De volta à Casa Branca, Trump cumpriu sua promessa: em seu primeiro ato como presidente, ele assinou uma série de decretos, como a deportação em massa de imigrantes, decretou estado de emergência na fronteira com o México, enviou a Guarda Nacional para reprimir protestos em vários estados da União, retirou os Estados Unidos da Organização Mundial de Saúde (OMS), da Organização Mundial do Trabalho (OMT) e do Acordo de Paris, entre outros.

O bilionário Elon Musk recebeu a missão de levar a cabo o dismantelamento do famigerado “Estado profundo”. Considerado o homem mais rico do planeta, Musk destacou-se como um dos maiores financiadores e articuladores da campanha republicana. Dono da rede social X (antigo Twitter) e CEO de empresas como Tesla e Space X, Musk investiu cerca de 277 milhões de dólares para impulsionar a candidatura de Trump e utilizou sua rede social como ferramenta de amplificação das *fake news* que inundaram a campanha eleitoral de 2024. Talvez a mais chocante dessas mentiras veio a público no debate presidencial da ABC News, durante o qual Trump afirmou que os imigrantes estavam comendo os cachorros e *pets* dos cidadãos americanos. Ele foi desmentido ao vivo pelo mediador do debate (Arkin e Ingram, 2024, p. 3)

Mas o papel de Elon Musk não se restringiu ao apoio financeiro e midiático. Ele foi nomeado para o Departamento de Eficiência Governamental (DOGE), uma autarquia criada especificamente para dismantelar o “Estado profundo”, isto é, a burocracia estatal: corte de funcionários, fechamento de instituições públicas como a Voz da América, a TV PBS e a National Public Radio (NPR), as quais desempenharam um papel fundamental durante a Guerra Fria, ao transmitir notícias para países da Cortina de Ferro. O bilionário também cortou a contribuição dos EUA à USAID, uma organização de ajuda humanitária destinada a enviar recursos para combater a fome, miséria e doença nos quatro continentes (Steakin e Bruggeman, 2025, p. 5).

Com a ajuda da Heritage Foundation, um *Think Tank* ultraconservador com sede em Washington D.C., Donald Trump pôs em marcha o *Project 25*, o qual pretende implementar uma presidência cada vez mais poderosa e uma ordem constitucional cada vez mais fragilizada. Os planos do presidente de refazer toda burocracia federal representam um claro desafio ao equilíbrio constitucional dos poderes da República, dado que restringem as atribuições do poder Legislativo e do Judiciário (Chrétien, 2023, p. 9).

169

A nova retórica inclui acusações infundadas de corrupção generalizada nos altos escalões da burocracia estatal, sobretudo no que respeita aos funcionários do Judiciário e do Departamento de Justiça. Como se sabe, no dia 3 de janeiro de 2025, a Justiça Federal de Nova York manteve as 34 condenações por fraude nos pagamentos para compra do silêncio de uma atriz pornô com quem Trump teve relações sexuais. O juiz de Nova York, Juan Merchan, afirmou que se tratava de um caso sem precedentes, porque Trump seria o primeiro presidente condenado na história do país (Kornfield et al., 2025).

Para refutar tais acusações, alguns pesquisadores se dedicaram a procurar evidências da suposta “cabala do Estado profundo” na burocracia federal. O que encontraram foi profissionalismo e respeito aos princípios legais que defendem a máquina estatal de decisões arbitrárias do Poder Executivo. Seus achados apontaram para uma administração repleta de camadas de gestão, mas decididamente não unificada ou singular. Na maioria das vezes, os funcionários federais operam programas autorizados e financiados pelo Congresso, cautelosos para não infringir a lei estatutária de cada autarquia (Skowronek, et. al., 2021, pp. 89-93).

Embora o espectro de um “Estado profundo” não resista ao escrutínio científico, Donald Trump seguiu à risca a cartilha do Projeto 25, da Heritage Foundation, ao publicar um decreto executivo reclassificando todas as categorias de funcionários públicos, ao flexibilizar as contratações e demissão dos servidores de carreira. A nova classificação dos cargos não segue o estatuto do serviço público que há muito tempo protege os cargos das nomeações partidárias.

Os cargos elegíveis para reclassificação obedecem a discricionariedade política de Trump sem necessidade de aprovação do Congresso. A justificativa é que o presidente deve ter mais controle sobre os funcionários cujo trabalho molda a direção da política do governo. Essa mudança radical satisfaz o desejo de Trump de prevenir e punir os tipos de vazamento de informações confidenciais que ele experimentou em seu primeiro mandato.

O fim do fim da História

Em 1989, a revista americana *National Interest* publicou um ensaio de filosofia da História do intelectual nipo-americano Francis Fukuyama, intitulado “O fim da História e o último homem”. Baseado na tradição filosófica de Kant, Hegel e Marx, o autor parte do pressuposto de que a democracia de mercado representaria um horizonte insuperável de uma nova era. Após um século de emergência e declínio dos regimes fascistas e comunistas, de enormes turbulências políticas e de crises econômicas sem precedentes, de contestação intelectual e prática ao liberalismo econômico e político de corte ocidental, o mundo, segundo ele, estaria retornando ao seu ponto inicial, qual seja, o triunfo inquestionável do sistema liberal do Ocidente, o único capaz de satisfazer as aspirações humanas por liberdade e dignidade (Fukuyama, 2015, pp. 25-32).

Entretanto, a crença na democracia liberal de Fukuyama e visionários congêneres se viu seriamente ameaçada pelo declínio generalizado das democracias no mundo, e mais recentemente pela guerra tarifária *erga omnes* empreendida por Donald Trump, o que põe em xeque o livre comércio entre as nações, base do liberalismo econômico. Além disso, a terrível agressão do autocrata Vladimir Putin contra a Ucrânia e sua intenção inconfessável de restaurar a antiga União Soviética, dissiparam o sonho de paz perpétua na Europa. Ironicamente, muitos

analistas indagam se hoje não estaríamos assistindo “o fim do fim da História” (Santiago, 2022, p. 33).

Por outro lado, a reação europeia contra as ameaças à democracia tem se mostrado surpreendente. Do ponto de vista teórico, o conceito de “democracia militante” — o uso de restrições legais para coibir atentados ao regime democrático — voltou a chamar a atenção de juristas e cientistas políticos. Na Europa, vários Tribunais Constitucionais de países como França, Alemanha e Espanha, têm aplicado medidas legais contra partidos da extrema-direita populistas que defendem ideias nazifascistas e pregam abertamente a abolição do Estado de Direito. Embora esses estudos consistam principalmente em análises descritivas, eles começaram a avançar hipóteses causais que explicam a variação em importantes políticas de defesa da democracia. De um modo geral, tais desenvolvimentos apontam para o fato de que as restrições constituem uma faceta importante da democracia moderna (Capoccia, 2013, pp. 211-215).

No caso específico da Alemanha, nos primeiros anos do pós-guerra, havia uma grande preocupação dos aliados de como impedir o ressurgimento de partidos extremistas, dado o fato de que o antigo Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) ainda contava com cerca de 8 milhões de membros. Nas primeiras eleições do pós-guerra, em 1949, havia 11 partidos representados no Bundestag. Tal resultado, então considerado uma “grave fragmentação partidária”, inevitavelmente trouxe de volta memórias da República de Weimar e o medo associado à ingovernabilidade da democracia liberal recém instaurada (Adenauer, 1956, pp. 35-37).

A introdução de várias disposições complementares na Constituição Federal (Lei Fundamental), como o conceito da chamada “democracia defensiva” (*wehrhafte Demokratie*) e a cláusula de barreira de 5% para assentos legislativos no Parlamento Federal (*Bundestag*), deu à administração pública e aos tribunais regionais e federais os instrumentos legais com os quais poderiam impedir qualquer ameaça ao regime democrático. Entre elas, estava o direito dos Tribunais Constitucionais Estaduais e Federais de declarar um partido ilegal, dissolver ou proibir organizações não partidárias com tendências extremistas (Lei Fundamental, art. 21, § 2º).

Entre os instrumentos da “democracia defensiva” está a capacidade do Tribunal Constitucional Federal de revogar a cidadania de indivíduos por um pe-

ríodo limitado ou ilimitado (Lei Fundamental, art. 18, 19). Além disso, o direito de resistência do indivíduo como último recurso para lutar pela sobrevivência da República Federal da Alemanha e pela manutenção da Constituição (Lei Fundamental, art. 20, § 2º).

Além disso, a Lei Fundamental consagrou, no art. 79, III, cláusula pétreia que considera inadmissível qualquer reforma constitucional que pretenda introduzir alteração na ordem federativa, modificar a participação dos Estados no processo legislativo, ou suprimir os postulados estabelecidos nos artigos primeiro (inviolabilidade da dignidade humana) e vigésimo (estado republicano, federal, democrático e social, divisão de poderes, regime representativo, princípio da legalidade). Segundo a jurisprudência da Corte Constitucional alemã, tal disposição tem por escopo impedir que “a ordem constitucional vigente seja destruída na sua substância ou nos seus fundamentos, mediante a utilização de mecanismos formais, permitindo a posterior legalização do regime totalitário” (Lei Fundamental, 30, 1, 24 - ?).

Do outro lado do Atlântico, a resistência popular às políticas de Donald Trump vem crescendo a cada dia. Uma pesquisa encomendada pela revista *The Economist* para a empresa YouGov, conduzida entre 5 e 8 de abril de 2025, mostrou um declínio na popularidade do presidente dos Estados Unidos, em consequência de sua política de tarifas e um crescente pessimismo em relação à economia americana.

A pesquisa mostrou que a taxa de desaprovação de desempenho de Donald Trump atingiu 51%, enquanto 43% o aprovam, uma queda de cinco pontos em relação à semana anterior. Na avaliação pessoal do presidente, 43% dos americanos possuem uma visão favorável, e 54% desfavorável. Entre os eleitores de Trump em 2024, a parcela que o vê favoravelmente caiu de 91% para 85%, e a parcela que o vê desfavoravelmente subiu de 9% para 14%. Essa avaliação negativa contrasta com os primeiros dois meses de seu primeiro mandato, quando as opiniões favoráveis e desfavoráveis eram quase equivalentes.

Com relação à política tarifária, a pesquisa apontou que 52% dos entrevistados desaprova a medida, contra 36% de aprovação. Em relação ao aumento dos preços dos bens de consumo, 80% dos americanos acreditam que haverá aumento, 47% esperam um aumento grande e 33% esperam um pequeno aumento. Somente 4% esperam que as tarifas diminuam os preços. A maioria acredita que

as medidas tarifárias prejudicarão seu bem-estar financeiro (55%), a economia dos EUA (53%), as economias de outros países (55%) e a posição global dos Estados Unidos (52%). Em relação à retaliação, 56% dos entrevistados considera muito provável que outros países tomem a medida, elevando as próprias tarifas sobre produtos americanos e 40% preveem uma guerra comercial (Lima, 2025, pp. 2-4).

No Brasil, o bolsonarismo tenta sobreviver sem Jair Bolsonaro, dado que o ex-presidente está inelegível até 2030, após duas condenações por crimes eleitorais em 2023. Além disso, o ex-presidente foi denunciado criminalmente pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Ele é acusado de ter liderado um plano de golpe de Estado após perder a eleição de 2022 para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A PGR pede que Bolsonaro responda pelos crimes de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, organização criminosa armada, dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União, e deterioração de patrimônio tombado.

Até há pouco, havia um movimento muito forte na Câmara dos Deputados para dar esperança ao eleitorado bolsonarista de que o ex-presidente poderia se livrar desse processo, ganhar a anistia e disputar a eleição em 2026. Mas tal iniciativa perdeu força após o ex-presidente adotar um tom amigável com o ministro Alexandre de Moraes e até mesmo brincar com ele e convidá-lo para ser seu vice na chapa eleitoral de 2026. Bolsonaro foi alvo de críticas de parte de seus apoiadores, não só por ter se acovardado diante da Corte, mas também por ter chamado de “malucos” as pessoas que estavam nos acampamentos em frente aos quartéis, pediam um novo AI-5 e vandalizaram a sede dos Poderes no Distrito Federal em 8 de janeiro de 2023.

Considerações finais

A expressão “agredidos pela realidade” (*mugged by reality*) se refere a uma profunda mudança ideológica que ocorreu entre políticos e intelectuais norte-americanos, os quais defendiam o legado do *New Deal* do presidente Franklin Delano Roosevelt (1882-1945). Tratava-se de um programa de ajuda governamental, de recuperação e crescimento econômico, gerador de empregos e de reformas através de regulamentações sobre Wall Street, bancos e transportes. Os herdeiros

ideológicos que defendiam o Estado de bem-estar social, a expansão dos direitos civis para negros, imigrantes e latinos, então considerados “liberais” por uns e “esquerdistas” por outros, foram surpreendidos pelo colapso da União Soviética em 1991 e pelo fracasso do socialismo em todo o mundo. O antigo “liberal” então se tornou “neoliberal”.

O neoliberalismo é um conceito complexo e ambíguo que tem sido consistentemente mencionado por críticos de uma política econômica baseada, pelo menos retoricamente, no livre mercado e no livre comércio nas últimas décadas. Esses dois princípios do neoliberalismo dominaram o discurso dos presidentes americanos desde o início dos anos de 1980. O mesmo período também foi caracterizado por uma tendência crescente de vincular essas políticas econômicas à liberdade, um valor central da identidade americana que passou a ser definido principalmente em termos econômicos.

A partir de Ronald Reagan, a liberdade econômica, em vez da liberdade política, tornou-se a medida da virtude do mundo livre. O colapso do bloco soviético serviu apenas para reforçar a visão de que o livre mercado, por si só, poderia trazer prosperidade e liberdade política. Tal visão de mundo se tornou dominante entre as instituições financeiras globais, como o Banco Mundial e o FMI.

174

Entretanto, o consenso neoliberal que perdurou nas últimas décadas foi rompido pelo presidente Trump, o qual se tornou o grande desestabilizador da retórica neoliberal ao rejeitar acordos de livre comércio e ignorar completamente a virtude do livre mercado, uma noção quase totalmente ausente de seu atual discurso. Ele substituiu a *doxa* neoliberal por um discurso centrado no déficit comercial e na acumulação de curto prazo de riqueza e poder nacionais; abraçou a virtude da soberania nacional, rejeitando o que chamou de “globalismo”; ofereceu uma visão antagônica de um mundo no qual o comércio internacional é concebido como um jogo de soma zero. Essa nova visão se reflete nas metáforas usadas por um presidente que desafiou as normas da retórica presidencial em muitos níveis.

Pode-se afirmar, então, que os muitos eleitores de Trump foram “agredidos pela realidade”: os imigrantes latinos, que em sua maioria votaram no republicano em 2024, foram deportados; os acadêmicos que lhe deram suporte intelectual, perderam suas cátedras universitárias; as big techs que investiram bilhões de dólares em sua campanha, perderam trilhões de dólares com o colap-

so das bolsas de valores; funcionários públicos foram demitidos em massa por e-mail; milhões de “agredidos pela realidade” saem às ruas de todo o país para protestar contra suas políticas insanas.

O mesmo fenômeno, *mutatis mutandis*, poderia ser aplicado à Alemanha e Europa em geral: Vladimir Putin, o ex-agente do Serviço Secreto Russo (KGB), colega da ex-chanceler Ângela Merkel, desfrutou por duas décadas a confiança do governo alemão, traduzida por contratos bilionários de fornecimento de gás e petróleo. Fato que tornou a Alemanha perigosamente dependente do Czar do Kremlin.

A brutal invasão da Ucrânia em 2020 mostrou a verdadeira face do autocrata russo. A Europa se viu diante de uma ameaça real, nunca vista nem durante a Guerra Fria. Agredida pela realidade, impuseram sanções econômicas à Rússia, buscaram novas fontes de suprimento de gás e óleo, facilitaram a entrada de novos países no Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e deram apoio econômico e militar irrestrito à Ucrânia. Um conflito que, segundo os cálculos de Putin, deveria durar 3 dias, há pouco celebrou 3 anos, ao custo de 40% do PIB russo e 1 milhão de soldados mortos.

No Brasil, a trama golpista de Bolsonaro “saiu pela culatra”: todos os mandantes e comandados que dela fizeram parte foram presos e hoje respondem como réus no Supremo Tribunal Federal, sujeitos a penas que podem ultrapassar 40 anos. De certa forma também foram “agredidos pela realidade”!

Referências

ADENAUER, Konrad. **World Indivisible with Liberty and Justice for All**. London: Routledge, p. 154. DOI <https://doi.org/10.4324/9781003255673>, 1956.

ADORNO, Theodor. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ARKIN, Daniel; INGRAM, David. “Trump pushes baseless claim about immigrants ‘eating the pets’”. NBC NEWS, 10/09/2024. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/politics/2024-election/trump-pushes-baseless-claim-immigrants-eating-pets-rcna170537>.

ASLANIDI, Paris. “Is Populism an Ideology? A Refutation and a New Perspective Is Populism an Ideology? A Refutation and a New Perspective”. **Political Studies**, Vol. 64, n. 88, 2016.

AVRITZER, Leonardo; SANTANA, Eliara; BRAGATTO, Rachel. **Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil**. São Paulo: Autêntica, 240 pp., 2023.

BAEHLER, Karen J. “Federal Workforce Reforms in Trump’s Second Term: two scenarios”. **Policy Quarterly**, v. 21, n. 1, 2025.

BERMAN, Sheri. “The Causes of Populism in the West”. **Annual Review of Political Science**, v. 24, pp. 71-80, 2021

BONIKOWSKI, Noam; GIDRON, Bart. **Varieties of Populism: Literature Review and Research Agenda**. Harvard University: Working Papers Series, 2013.

CAPOCCIA, Giovanni. “Militant Democracy: The Institutional Bases of Democratic Self-Preservation”. **Annual Review of Law and Social Science**, v. 9, pp. 207-226, 2013. <https://doi.org/10.1146/annurev-lawsocsci-102612-134020>.

DAVIS, Lewis; DELOE, Sumit S. **Immigration and the Rise of Far-right Parties in Europe**. DICE Report, Leibniz-Institut für Wirtschaftsforschung an der Universität München, München, Vol. 15, Iss. 4, pp. 10-15 ISSN 2511-7823, 2017.

DATAFOLHA. “Instituto de Pesquisa. Avaliação de dois anos e quatro meses do Presidente Lula”. Abril de 2025. Disponível em: Chromeextension://efaidnbmninnibpcapcglclefindmkaj/<https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2025/04/07/qjdowa0los7itquuk64qo1d1cp51boolmzn1bq3bfso.pdf>. Acesso em 13/04/2025.

CHRETIEN, Spencer. **Project 25. The Heritage Foundation**, 2023. Disponível em: <https://www.heritage.org/conservatism/commentary/project-2025>. Acesso em: abril, 2025.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. São Paulo: Rocco, 488 pp., 2015.

GENTILE, Fábio. “Do ‘povo amorfo’ ao populismo. A trajetória do conceito de populismo nas ciências sociais brasileiras”. **Revista de História**, 26 (2), 459-480, 2020.

HALIKIOPOULOU, D.; VLANDAS, T. “When economic and cultural interests align: The anti-immigration voter coalitions driving far right party success in Europe”. **European Political Science Review** 12(4), pp. 427–448, 2020.

HIDALGO-TENÓRIO, Encarnación; BENÍTEZ-CATRO, Miguel-Ángel. “Trump’s populist discourse and affective politics, or on how to move ‘the People’ through emotion”. **Globalization, Societies and Education**, v. 20 n.2, pp. 86–109, 202.

HOLMES, Carolyn E. *et. al.* “A Case for Description”. **PS: Political Science & Politics**. v. 57(1):51-56, 2024. doi:10.1017/S1049096523000720.

JONATHAN, Swan; CHARLIE, Savage; HABERMAN, Maggie. “Trump and Allies Forge Plans to Increase Presidential Power in 2025”. **New York Times** (Digital Edition). July 17, 2023.

KABA, Amadu J. “United States Immigration Policies in the Trump Era”. **Sociology Mind**, v. 09, n.04, 34 pages, Sociology Mind, 10.4236/sm.2019.94021, 34 pp. 2019.

KILGORE, Ed. “Four Ways Trump Is Going After Legal Immigrants”. **Intelligencer**, 20 de março 2025. Disponível em: <https://nymag.com/intelligencer/article/4-ways-trump-is-going-after-legal-immigrants.html>. Acesso em: março/2025.

KIRBY, Paul. “Conservadores confirmam vitória na Alemanha e direita radical tem votação recorde”. **BBC Brasil**, cx28v597pelo 24.fev.2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/>. Acesso em: mar./2025.

KOPYTOWSKA, Monika; SOTIRIS, Panagiotis (2017). **Political crisis and the rise of the far right in Greece: Racism, nationalism, authoritarianism and conservatism in the discourse of Golden Dawn**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2017. ISBN 978-90-272-4281-5.

KORNFIELD, Meryl. “Trump, after sentencing, maintains case should never have been brought”. **The Washington Post**, 10/01/2025. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2025/01/10/trump-sentencing-hush-money-case/>. Acesso em: 09/06/2025.

177

LIMA, Polianne. “Nova pesquisa mostra popularidade de Trump em declínio nos EUA”. **CNN Brasil**, 10/04/2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/nova-pesquisa-mostra-popularidade-de-trump-em-declinio-nos-eua/>. Acesso em: 13/04/2025.

LISSARDY, Gerardo. “EUA estão virando cada vez mais uma oligarquia, com Trump e Musk no centro”. **BBC News Mundo**, 01/03/2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj67579xedyo>. Acesso em: abr./2025.

MATTHIJS, Rooduijn *et.al.* “The PopuList: A Database of Populist, Far-Left, and Far-Right Parties Using Expert-Informed Qualitative Comparative Classification (EiQCC)”. **British Journal of Political Science** (2024), v. 54: pp. 969–978, 2024. doi:10.1017/S0007123423000431.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Rovira. “Studying Populism in Comparative Perspective: Reflections on the Contemporary and Future Research Agenda”. **Comparative Political Studies** 51 (13): pp. 1667–1693, 2018.

MOUNK, Yascha. **The People vs. Democracy: Why Our Freedom Is in Danger and How to Save It**. Boston: Harvard University Press, 2018.

MUSHABEN, Joyce M. “Angela Merkel’s Leadership in the Refugee Crisis”. **Current History**, vol. 116, n. 788, University of California Press, 2017.

NOBRE, Marcos. **Ponto final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia**. São Paulo: Todavia, 80 pp., 2020.

OLIPHANT, James; HOLLAND, Steve. “How Trump plans to cement control of government by dismantling the ‘deep state’”. **Reuters**, 18/01/2025.

PIFFNER, James P. “President Trump and the Shallow State: Disloyalty at the Highest Levels”. **Presidential Studies Quarterly**, vol. 52, no. 3, pp. 573–595, 2020. DOI: 10.1111/psq.12792.

PINA, Rute. “Bolsonaro em 2026? Como denúncia da PGR mexe com cenário da direita para as próximas eleições”. **BBC News Brasil**, 20/02/2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1mn01xj8n4o>. Acesso em: 13/04/2025.

RAADSCHELDERSA, Jos; SANDERS, Hon P. “New development: Loyalty to principle or politics—The US civil service under attack: is it justified?”. **Public Money & Management**, vol. 45, n. 2, pp. 144–150, 2025.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

RYDGREN, Jens. “The Sociology of the Radical Right”. **Annual Review of Sociology**, v. 33, pp. 241–262, 2007. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.33.040406.131752>.

SALMELA, Mikko; von SCHEVE, Christian. “Emotional Dynamics of Right- and Left-wing Political Populism”. **Humanity & Society**, v. 42, n. 4., 2018. <https://doi.org/10.1177/0160597618802521>.

SANTIAGO, Homero Silveira. “O fim do fim da história”. *Humanitas*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Santiago_HS_3186232_OFimDoFimDaHistoria.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025., 2022.

SEVERO, Denise; GUERRA, Paula. “Extrema-direita, xeno-populismo e colonialidade: discursos de ódio e colonização do imaginário no presente”. **Todas as Artes. Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura**. Porto, vol. 5, n. 1, 2022, pp. 55–76. ISSN 2184-3805 DOI: 10.21747/21843805/tav5n1a3.

SHIRAKAVA, Rafael da Silva. “Sob o signo da catástrofe triunfal: o bolsonarismo como expressão psicossocial do autoritarismo brasileiro”. 193 pp. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2025.

SKOWRONEK, Stephen; DEARBORN, John A.; KING, Desmond S. **Phantoms of a Beleaguered Republic: The Deep State and the Unitary Executive**. London: Oxford University Press, 269 pp., 2001.

SNYDER, Timothy. **Na contramão da liberdade: a guinada autoritária nas democracias liberais**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

STEAKIN, Will; BRUGGEMAN, Lucien. “After months of cuts, State Department says it’s officially shuttering USAID”. **ABC-NEWS**, March 28, 2025.

WARD, Myah. “ACLU sues Trump over Gitmo migrant detainees’ access to attorneys”. Revista eletrônica **POLITICO**, n. 2, p. 5, 2025. Disponível em: <https://www.politico.com/news/2025/02/12/aclu-trump-guantanamo-migrants-00203852>. Acesso em: fev./2025.

WINTOUR, Patrick. “JD Vance’s Munich speech laid bare the collapse of the transatlantic alliance”. **The Guardian**. London: 15/02/2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2025/feb/15/jd-vance-munich-speech-laid-bare-collapse-transatlantic-alliance-us-europeh>. Acesso em 20/02/2025.

WIESE, Rebecca. Diese umstrittenen Politiker sitzen in der neuen AfD-Fraktion. **Stuttgarter Zeitung**, 25/02/2025.

WIRTSCHAFT. **Merz verspricht „Unabhängigkeit“ von den USA nach Wahlsieg**, 24/fev.2025. Disponível em: <https://wirtschaft.com/merz-verspricht-unabhaengigkeit-von-den-usa-nach-wahlsieg/>. Acesso em: 5/mar./2025.